

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/15
SULIC/CORSAN
(REGISTRO DE PREÇOS)

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GRUPOS
MOTOR-BOMBA SUBMERSOS – LOTE 5.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/15 – SULIC/CORSAN

A **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN**, sociedade de economia mista, concessionária de serviços públicos de saneamento básico, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, sita na Rua Caldas Júnior, 120/18º andar – CEP 90010-260, através da **Superintendência de Licitações e Contratos – SULIC/CORSAN**, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra instaurada a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, Edital PE Nº 149/15 – SULIC/CORSAN, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, autorizada no processo nº 001231-22.87/15-5, regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 42.020 de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual nº 42.434 de 09 de setembro de 2003, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei estadual nº 13706 de 06 de abril de 2011 e Decreto Estadual nº 48.160 de 14 de julho de 2011, Decreto Federal nº 6.204 de 05 de setembro de 2007, Lei 13.191 de 30 de junho de 2009, Lei Estadual nº 13.706 de 06 de abril de 2011, Decreto Estadual nº 48.160 de 14 de julho de 2011, Lei Ordinária nº 11.389 de 25 de novembro de 1999 e legislação pertinente, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que será realizada, em sessão pública, por meio eletrônico no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

As licitantes que desejarem participar do referido “PREGÃO” deverão ter atenção especial aos subitens 5.5 à 5.7, relativos à proposta eletrônica de preços e ao subitem 6.14 relativo aos lançamentos de valores durante a sessão do “PREGÃO”.

HABILITAÇÃO: Exclusivamente no sistema eletrônico

RECURSO ADMINISTRATIVO: Exclusivamente no sistema eletrônico

Recebimento de propostas:

Até às 10h do dia 05 de janeiro de 2015

Abertura das propostas:

- às 10h05min do dia 05 de janeiro de 2015

Início da etapa de lances:

dia 07 de janeiro de 2015

- Itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 - às 9h
- Itens 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - às 10h
- Itens 13, 14, 15, 16, 17 e 18 - às 11h
- Itens 19, 20, 21, 22, 23 e 24 - às 13h30min
- Itens 25, 26, 27, 28, 29 e 30 - às 14h30min



CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

1 - DO OBJETO

A presente licitação visa ao Registro de Preços para a Aquisição de grupos Motor-Bomba submersos – lote 5.

A entrega deverá ser previamente agendada com DEMAT através dos telefones (51) 3215-5716 ou (51) 3215-5718 ou ainda pelo seguinte endereço eletrônico: demat@corsan.com.br.

2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão Pessoas Jurídicas que estiverem cadastradas e habilitadas, **ou não**, junto a Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações do Estado, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital;

2.1.2 Não poderão participar deste Pregão Pessoas Jurídicas que:

2.1.2.1 estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública Estadual;

2.1.2.2 estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

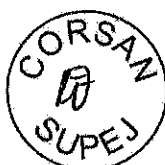
2.1.2.3 sejam declarados inidôneos em qualquer esfera do governo.

2.1.2.4 cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; ou convênios e os instrumentos equivalentes, conforme Decreto estadual 48.705, de 16 de dezembro de 2011.

2.2 A licitante para participar do certame deverá declarar em campo eletrônico o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

2.2.1 o não atendimento do item acima ensejará a desclassificação da proposta no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.

2.3 A participação das interessadas, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente





encaminhamento da proposta de preços com valores unitários e totais, exclusivamente por meio eletrônico.

2.4 A informação de dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 O credenciamento das licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtido junto à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações do Estado.

3.2 O credenciamento e a sua manutenção no respectivo cadastro dependerão de registro cadastral na CELIC - Central de Licitações do Estado.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CORSAN, PROCERGS ou a CELIC - Central de Licitações do Estado, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações do Estado, para imediato bloqueio de acesso.

3.6 No caso de perda da senha poderá ser solicitada nova senha na Seção de Cadastro até às 17 horas do último dia útil anterior a data de abertura da sessão do Pregão.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Obs. 1: Entenda-se como licitante aquele que apresenta a proposta.

Obs. 2: As certidões e demais documentos apresentados que não indicarem prazo de validade serão aceitos se emitidos em até 90 (noventa) dias antecedente à sessão de abertura do Pregão.

Obs. 3: Não serão aceitos protocolos referentes a solicitações feitas às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis,



PROCESSO Nº 2015903PE178

PE Nº 149/15 - Fl. 5

ainda que autenticadas, nem mesmo aqueles documentos apresentados em língua estrangeira.

4.2 Da Habilitação

4.2.1 Para fins de habilitação, deverão ser apresentados os originais, ou cópias autenticadas por Tabela de Notas, ou cópias não autenticadas, desde que exibido o original, para confirmação pelo Pregoeiro, dos seguintes documentos:

4.2.1.1. Declaração firmada pelo licitante, referente ao cumprimento da exigência de que trata o Inciso V, do Artigo 27 da Lei n.º 8.666/93;

4.2.1.2. Caso se tratar de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá a licitante apresentar cópia do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP autenticado pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, bem como a Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal- DRE, referente ao último exercício social, para fins de comprovação da atualidade do enquadramento;

4.2.1.2.1 A ausência de comprovação do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP da forma exigida neste Edital acarretará a exclusão da licitante e a aplicação das sanções dispostas neste Edital e na Lei nº 10.520/02;

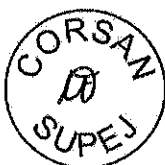
4.2.1.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou da empresa de pequeno porte, esta não será inabilitada. (Art. 42 e Art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

Obs: A apresentação do Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE, com data vigente na convocação da empresa licitante, ou o Certificado de Fornecedor do Estado – CFE, emitido pela CELIC, também com data vigente na convocação da empresa licitante, apresentado juntamente com o respectivo Anexo do CFE, dispensam a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal- DRE, referente ao último exercício social, para fins de comprovação da atualidade do enquadramento.

4.2.2 Para Licitantes cadastrados na CELIC, além dos documentos previstos no subitem 4.2.1., também deverá ser apresentado o que segue:

4.2.2.1. Certificado de Fornecedor do Estado - CFE, emitido pela CELIC - Central de Licitações do Estado, com prazo de validade vigente, apresentado juntamente com o respectivo Anexo do Certificado do Fornecedor.

Obs.1: Os documentos expressos no mesmo deverão estar com as datas de vencimento vigentes. Caso alguma das referidas datas esteja com a validade vencida, deverá ser apresentado o(s) documento(s) correspondente(s) com data(s) de vencimento vigente(s).



Obs.2: Quando o Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE estiver com data de vigência vencida, deverá ser apresentado o novo Certificado do CAGE ou os documentos previstos no Decreto Estadual n.º 36.601 de 10/04/96.

4.2.2.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Obs.: Caso a CNDT constar no Certificado da CELIC - Central de Licitações do Estado - subitem 4.2.2.1., a mesma fica dispensada de sua apresentação.

4.2.3 Para Licitantes NÃO cadastrados na CELIC, além dos documentos previstos no subitem 4.2.1., também deverá ser apresentado o que segue:

4.2.3.1. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou,
- b) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; ou,
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.3.2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento da licitante, sede ou filial, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União), da sede ou de qualquer filial da licitante;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica; sede ou filial, conforme o caso;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica; sede ou filial, conforme o caso;

Obs.: Havendo na localidade certidão de débito mobiliário e imobiliário, a licitante deverá apresentar ambas ou no caso de não possuir certidão imobiliária, comprovante do órgão municipal de que não possui imóvel no local.



PROCESSO Nº 2015903PE178

- e) Certidão Negativa de Débito (CND) da Previdência Social, com validade na data de abertura da presente Licitação, da sede ou de qualquer filial da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS, atualizado, da sede ou de qualquer filial da licitante; e,
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.2.3.3. Documentos Relativos à Qualificação Econômica – Financeira:

- a) Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitante, emitido pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE, ou os documentos previstos no Decreto Estadual nº 36.601 de 10/04/96, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.734 de 23/09/99, e na Instrução Normativa CAGE nº 2/96 de 22/08/96 que institui os procedimentos para avaliação da capacidade financeira de licitantes;

Obs.1: A legislação acima mencionada encontra-se no site www.sefaz.rs.gov.br

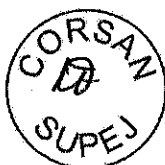
Obs.2: Na impossibilidade da apresentação do Certificado exigido, o Licitante deverá apresentar o Balanço Patrimonial incluindo, obrigatoriamente, as Notas Explicativas e o Anexo II, devidamente preenchido, conforme determinado e nas condições previstas no Decreto n.º 36.601, de 10 de abril de 1996.

- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor do Foro da sede do estabelecimento licitante.

Obs.: O Pregoeiro comunicará no sistema o resultado da Habilitação, sendo que o prazo para o registro de intenção de recurso será de 20 (vinte) minutos, contados a partir da divulgação deste resultado.

5 - DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- 5.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances;
- 5.2 Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 5.3 Em razão do disposto na Instrução Normativa nº 39 de 05/08/2015 da Receita Estadual, a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN adverte que se enquadra como não contribuinte do ICMS. Por assim ser, as empresas licitantes devem atentar para o disposto no art. 155, §2º, incisos VII, VIII, alíneas "a" e "b" da





PROCESSO Nº 2015903PE178

Constituição da República Federativa do Brasil, atentando-se para tal situação para fins de ofertar propostas e/ou lances, bem como para a emissão de notas fiscais por ocasião da execução do contrato;

5.3.1 A CORSAN não efetuará o pagamento de qualquer valor referente à diferença entre as alíquotas interna e interestaduais que não estejam incluídas nos lances ofertados pelos licitantes;

5.4 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital.

5.5 Para a disputa de lances, a licitante deverá registrar no sistema, no campo de valor unitário, o valor referente ao Custo Total (Eq. 4) de seu equipamento proposto, conforme a Tabela 1, constante na Especificação Técnica.

5.6 A proposta de preços deverá ser anexada ao sistema, contendo os seguintes requisitos:

5.6.1 Rendimento mínimo exigido no Termo de Referência (Especificações Técnicas), Anexo do Edital;

5.6.2 A indicação da Marca e o Modelo;

5.6.3 Valor unitário do equipamento ofertado;

5.6.4 A indicação do ponto de operação C, de acordo com o Termo de Referência (Especificações Técnicas) Anexo do Edital.

5.7 Será desclassificada a licitante cuja proposta não atender um dos requisitos descritos nos itens 5.6.1 à 5.6.4.

5.8 A partir das 18h do dia da publicação/divulgação deste edital no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br, poderão ser encaminhadas as propostas de preços com valores totais por lote, exclusivamente por meio eletrônico.

5.9 A validade da proposta será de no mínimo 60(sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

5.10 Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

6- DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1 A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas;



6.2 Somente poderão participar da rodada de lances, a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços;

6.2.1. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Sistema de Compras – RS, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s);

6.2.1.1 A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal de nº123, de 14 de dezembro de 2006, art.44, conforme subitem 6.12.

6.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado a participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor. Quando o objeto for composto por mais de um lote, a rodada de lances ocorrerá simultaneamente.

6.4 Somente serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6 Durante o transcurso da sessão pública, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora dos lances aos demais participantes.

6.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção de lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

6.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as participantes.

6.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção



PROCESSO Nº 2015903PE178

de lances. Neste caso, antes de anunciar a vencedora, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

6.11 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.12. Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006;

6.12.1. Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

6.12.1.1. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

6.12.2. O Sistema Compras - RS informará às empresas que se enquadrarem no subitem 6.12.1.

6.12.3. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. A proposta deverá ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão;

6.12.3.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.12.1, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12.4. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o subitem 6.12.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.12.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.12.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens 6.12.3 e 6.12.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a melhor proposta.

6.13 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da participante,



PROCESSO Nº 2015903PE178

na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o Pregoeiro poderá negociar com a participante para que seja obtido melhor preço.

6.14 Após o término da negociação com o licitante melhor classificado, o pregoeiro solicitará o registro de um novo lance, a fim de adequar no sistema o valor referente ao do Custo Investimento Inicial (Ci), que representa o valor unitário do equipamento proposto.

6.15 Constando o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

6.16 A proponente primeira classificada deverá encaminhar via sistema, **no campo próprio para documentos de habilitação**, detalhamento da sua proposta de preços, e demais documentos exigidos no item 4.2 e item 6.16 deste Edital, **no prazo máximo de 03 (três) horas após o encerramento do último lote da sessão pública virtual**, com posterior apresentação da documentação, bem como da proposta, devidamente assinada pelo representante legal, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento do último lote da sessão pública virtual.

6.16.1 A proponente primeira classificada deverá encaminhar, **juntamente com a proposta de preços**, o(s) seguinte(s) documento(s):

6.16.1.1 Planilha de Orçamento Básico (Parte "B"), devidamente preenchida, respeitando os valores máximos constantes no Demonstrativo da Composição do Custo Unitário (Parte "B");

6.16.1.2 Catálogos técnicos do fabricante (original, fotocópia autenticada ou conferida por funcionário da CORSAN) em português (ou acompanhado por tradução juramentada na íntegra) do objeto licitado contendo as seguintes informações: Ponto de operação selecionado (vazão, pressão, potência consumida, rendimento global), Especificações técnicas, dimensionais, curvas características, materiais de construção, marca, modelo e referência do objeto.

6.16.1.2.1 As informações exigidas e não constantes no catálogo devem ser fornecidas, mediante declaração formal do licitante.

Obs.: Endereço para envio dos documentos:

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
A/C DELIC – Departamento de Licitações
Rua Caldas Júnior 120, 18º andar – CEP 90010-260
Porto Alegre / RS
Pregão Eletrônico nº 149/15

6.17 A Proposta de Preço, da proponente primeira classificada, deverá ser apresentada em papel timbrado ou com carimbo da empresa, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigida em





língua portuguesa sendo, a última folha, assinada pelo representante legal da empresa proponente, e as demais rubricadas pelo mesmo, e deverá conter, obrigatoriamente:

- 6.17.1 A Razão Social completa da empresa, endereço, número de sua inscrição no CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver), nome, cargo e CPF da pessoa responsável pela assinatura do Contrato;
- 6.17.2 Proposta em preços unitários, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com duas (02) casas decimais após a vírgula, para objeto descrito no Termo de Referência deste Edital, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado, devidamente corrigido após o encerramento dos lances;
- 6.17.3 Prazo de validade da Proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para a entrega das Propostas. Se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias;
- 6.17.4 Declaração da licitante contendo as características técnicas do produto ofertado, neste caso indicando, expressamente a sua marca e modelo. No caso de fornecimento de equipamentos, a proposta deverá também indicar o prazo de garantia de assistência técnica para os produtos ofertados, obedecendo ao limite mínimo e demais condições porventura estabelecidas neste Edital;
- 6.17.5 Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;
- 6.17.6 A proposta deverá considerar a entrega do material no local indicado;

Obs.: Na presente licitação não é permitida a cotação de quantidades diferentes das especificadas.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo Licitante vencedor, num prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação escrita.
- 7.2. No caso da Licitante vencedora deixar de assinar a Ata de Registro de Preços no prazo suprarreferido, sem justificativa, por escrito, aceita pela **CORSAN**, decairá do direito de vencedora, sujeitando-se as penalidades cabíveis.
- 7.3. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura da Ata de Registro de Preços ou, nos termos do inciso XXIII do artigo 4º da Lei n.º 10.520, de 17.07.2002, se recusar a assinar o instrumento contratual, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação, examinando-se sua última oferta válida e verificando-se a aceitabilidade, procedendo-se à habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, hipótese em que o licitante será declarado vencedor e o objeto a ele adjudicado.



PROCESSO Nº 2015903PE178

8 - DAS PENALIDADES

8.1. No caso de infringência aos regramentos deste certame, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pelo licitante, ser-lhe-ão aplicadas penalidades em relação à sua participação em licitações, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no art. 7º da Lei 10.520/02, artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no Decreto Estadual nº 42.250/03, e art. 28 da Lei 13.191/99, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

8.1.1. Advertência por escrito;

8.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o(s) valor(es) da proposta, nos casos do(s) licitante(s) vencedor(es) que, chamado(s) para assinar o contrato, não comparecer(em), e promover contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir CORSAN dos prejuízos causados.

8.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

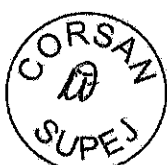
- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou a ata de registro de preços – 12 meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste edital – 1 mês;
- c) apresentar documentação falsa – 12 meses;
- d) não mantiver a proposta – 3 meses;
- e) comportar-se de modo inidôneo – 3 meses;
- f) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal – 24 meses.

8.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar com a Administração Pública Estadual, nos casos de não reabilitação da situação de suspensão, além do integral ressarcimento à CORSAN pelos prejuízos causados e o cumprimento de pena ou sua absolvição, se for o caso, de acordo com o descrito no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do inciso II do § 2º do art. 8º do Decreto nº. 42.250/03.

8.2. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

8.3. O saneamento integral, pelo fornecedor, da inadimplência ou a sua reabilitação das demais irregularidades que deram origem a sua inclusão no CFIL/RS, determinará a sua imediata exclusão do Cadastro pelo Ordenador de Despesa competente e o restabelecimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, observado o prazo de cumprimento de suspensão imposto anteriormente.

8.4. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar à CORSAN.





9 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSOS E ESCLARECIMENTOS

- 9.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram.
- 9.2 A apresentação do pedido de impugnação do Edital deverá ser protocolado no Departamento de Licitações da CORSAN, sito a Rua Caldas Júnior 120, 18º andar - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-260, até o prazo previsto no item 9.1.
- 9.3 Nas hipóteses de recurso, esse dependerá de manifestação motivada da licitante ao final da sessão pública, no próprio sistema em que a licitação se processa e no prazo nele previsto, devendo obrigatoriamente apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar ao término daquele prazo. **A petição de recurso deverá ser fundamentada e encaminhada, no campo próprio, via sistema.**
- 9.4 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.5 A falta de manifestação motivada e imediata importará a preclusão do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.6 Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pela licitante na sessão pública.
- 9.7 A apresentação de impugnação ou recurso após o prazo estipulado nos itens 9.1 e 9.3, receberá tratamento de mera informação.
- 9.8 As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas, por meio eletrônico, ao Departamento de Licitações DELIC/SULIC pelo e-mail delic@corsan.com.br, mediante requerimento das empresas interessadas, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública do Pregão.
- 9.9 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas, encontrar-se-ão à disposição dos interessados no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

10 – DAS AMOSTRAS

Não aplicável ao objeto desta licitação.

11 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não aplicável ao objeto desta licitação.

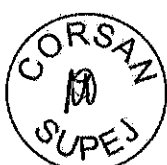
12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas.



PROCESSO Nº 2015903PE178

- 12.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 12.3 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 12.5 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior:
- 12.5.1. A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada à inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.
 - 12.5.2. Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.
 - 12.5.3. Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.
 - 12.5.4. As proponentes intimadas para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 12.6 Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance virtual.
- 12.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições, à sua regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação da adjudicação da licitação, para apresentar ao DELIC/SULIC/CORSAN as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- 12.7.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 12.8 Caso a licitante vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura, ou venha recusar-se a celebrá-lo, injustamente, dentro do prazo estabelecido e na





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

PE Nº 149/15 - Fl. 16

PROCESSO Nº 2015903PE178

vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se o Departamento de Gestão de Contratos - DEGEC/SULIC/CORSAN, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes.

12.9 Na convocação das remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão e o disposto nos subitens 6.12 e 6.15, devendo a(s) convocada(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira sessão.

12.10 Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos.

12.11 As concorrentes remanescentes convocadas na forma do subitem 12.9 se obrigam a atender a convocação e a assinar o contrato respectivo, no prazo fixado pelo Departamento de Compras - DECOMP/SUSUP/CORSAN, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

12.12 Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro.

12.13 A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do termo de Contrato de Fornecimento ou para retirar a Ordem de Compra junto ao Departamento de Gestão de Contratos - DEGEC/SULIC/CORSAN. A referida convocação será feita através de envio de fax, ou ofício, ou e-mail.

12.14 O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro.

13 - DOS ANEXOS

Fazem parte deste edital como Anexo:

Anexo I - Ata de Registro de Preços

Anexo II - Minuta do Termo de Registro de Preços

Parte "B"

- Termo de Referência

Porto Alegre, 06 de novembro de 2015.

Diretor-Presidente

Flávio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Diretor de Operações

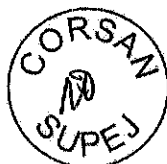
Eng. Eduardo Barbosa Carvalho
Mat. 8303.0 - CREA RS: 58922
Diretor de Operações
CORSAN





ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





ANEXO I
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Compromisso celebrado entre a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.802.784/0001-90, através do **Departamento de Gestão de Contratos – DEGEC**, sita na Rua Caldas Júnior nº 120 - 18º andar – CEP 90010-260, em Porto Alegre/RS, representada neste ato por seu Diretor - Presidente e seu Diretor de Operações, abaixo assinados e identificados, doravante denominada **CORSAN**, e a empresa (...) inscrita no CNPJ/MF sob o número (...) sita na (...) em (...), representada neste ato por (...), inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o número (...), doravante denominada **COMPROMITENTE**, para o Termo de Registro de Preços de fornecimento de materiais descrito na **Cláusula Primeira - DO OBJETO**.

O presente compromisso tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante do **Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 149/15 - SULIC/CORSAN**, e seus anexos, reger-se-á ainda, pela Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009; Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei Estadual nº 13.706, de 06 de abril de 2011; Decreto estadual 37.288, de 10 de março de 1997; Decreto estadual 42.020, de 16 de dezembro de 2002; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003; e legislação pertinente; subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, assim como pelas condições do Edital referido, e seus anexos, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de grupos Motor-Bomba submersos – lote 5, conforme especificações técnicas, observações, quantidades, garantia e locais de entrega estabelecidos no edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O preço total registrado é de R\$... (.), constante da proposta vencedora da licitação, correspondentes a preços unitários e quantitativos anexos a Ata de Registro de Preços.

2.2 Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, a **CORSAN** convocará o Beneficiário para uma negociação, visando obter a redução do preço e sua adequação ao mercado. Frustrada a negociação, o beneficiário será liberado do compromisso assumido.

2.3 No caso referido no subitem 2.2, a **CORSAN** convocará os demais Beneficiários visando igual oportunidade de negociação.



PROCESSO Nº 2015903PE178

PE Nº 149/15 - Fl. 19

2.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o Beneficiário mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, a **CORSAN** poderá:

- a) liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais beneficiários visando igual oportunidade de negociação.
- c) Não havendo êxito nas negociações, a **CORSAN** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou o cancelamento do item ou do lote.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1 As despesas decorrentes do presente compromisso correrão à conta de Recursos Próprios da **CORSAN** - Cód. Controle xxxxxx - Natureza xxx - Centro de Custo xxx.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

4.1 O valor dos preços registrados não será reajustado durante o prazo de validade do Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 O prazo de validade deste Registro de Preços é de 01 (um) ano, a partir da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

6.1- Dos Direitos:

6.1.1 da **CORSAN**: contratar, se necessário, o objeto desta Licitação;

6.1.2 do **COMPROMITENTE**: ser contratado se a **CORSAN** utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

6.2 Das Obrigações:

6.2.1 da **CORSAN**: contratar com aquele que detém o Preço Registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma; e

6.2.2 do **COMPROMITENTE**: atender, nas condições estabelecidas no edital, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado:

7.1 – pela **CORSAN** quando:

7.1.1 o **COMPROMITENTE** não cumprir as exigências do instrumento convocatório;





PROCESSO Nº 2015903PE178

7.1.2 o **COMPROMITENTE** não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido;

7.1.3 o **COMPROMITENTE** não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4 o **COMPROMITENTE** der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e

7.1.5 por razão de interesse público, devidamente justificado pela **CORSAN**;

7.2 pelo fornecedor de bens, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30(trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, nesta Ata, bem como perdas e danos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS

8. A **COMPROMITENTE** está sujeita às seguintes penalidades:

8.1- suspensão temporária de participar em licitação e impedido de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) meses até 5(cinco) anos, podendo ser descredenciado pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

8.2- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual;

8.3- multa sobre o valor do pedido;

a) 10%: recusa do **COMPROMITENTE** em assinar o contrato; e

b) 5%: descumprimento de qualquer das cláusulas desta Ata.

8.4- demais sanções estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA - DO GESTOR DIRETO E FISCAL

9.1 O Gestor Direto e o Fiscal do contrato decorrente deste compromisso serão designados pela Diretoria competente através de Ato de Designação formal, quando da efetiva contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EFICÁCIA

10.1 A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A **CORSAN** não se obriga a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo





PROCESSO Nº 2015903PE178

assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

11.2 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

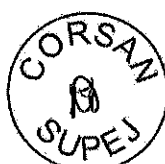
11.3 E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinaram a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre,

P/CORSAN:

P/COMPROMITENTE

TESTEMUNHAS:





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

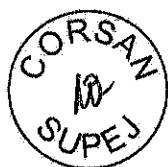
PE Nº 149/15 - Fl. 22

PROCESSO Nº 2015903PE178

ANEXO II

MINUTA DO TERMO

DE REGISTRO DE PREÇOS



**MINUTA DO TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS
DE FORNECIMENTO Nº...../.... – DEGEC/SULIC**

Compromisso celebrado entre a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.802.784/0001-90, através do **Departamento de Gestão de Contratos – DEGEC**, sita na Rua Caldas Júnior nº 120 - 18º andar – CEP 90010-260, em Porto Alegre/RS, representada neste ato por seu Diretor - Presidente e seu Diretor de Operações, abaixo assinados e identificados, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa (...) inscrita no CNPJ/MF sob o número (...) sita na (...) em (...), representada neste ato por (...), inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o número (...), doravante denominada **CONTRATADA**, para o Termo de Registro de Preços de fornecimento de materiais descrito na **Cláusula Primeira - DO OBJETO**.

O presente compromisso tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante do **Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 149/15 - SULIC/CORSAN**, e seus anexos, reger-se-á ainda, pela Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009; Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei Estadual nº 13.706, de 06 de abril de 2011; Decreto estadual 37.288, de 10 de março de 1997; Decreto estadual 42.020, de 16 de dezembro de 2002; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003; e legislação pertinente; subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, assim como pelas condições do Edital referido, e seus anexos, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para a Aquisição de grupos Motor-Bomba submersos – lote 5, conforme especificações técnicas, observações, quantidades, garantia e locais de entrega estabelecidos no edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O preço total para o presente ajuste é de R\$... (...), constante(s) da proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido como preço justo e suficiente para a execução do presente objeto.

2.2 Os preços unitários para o presente contrato são:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1 As despesas decorrentes do presente compromisso correrão à conta de Recursos Próprios da **CONTRATANTE** - Cód. Controle xxxxxx - Natureza xxx - Centro de Custo xxx.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de **30 (trinta) dias** da protocolização da Nota Fiscal ou Nota Fiscal - Fatura.





PROCESSO Nº 2015903PE178

4.2 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

4.3 A **CONTRATADA** não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura antes do recebimento do objeto por parte da **CONTRATANTE**.

4.4 Para não ferir a sistemática da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** não poderá emitir, descontar ou negociar com terceiros, títulos provenientes de faturamentos efetuados contra a **CONTRATANTE**, para colocá-los na rede bancária ou em qualquer estabelecimento financeiro, exceto com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, por conta de convênio firmado para essa finalidade entre o BANRISUL e a CORSAN, e com mais uma instituição financeira pública, a critério da **CONTRATADA**. Em tais casos a **CONTRATANTE** não será responsável, em hipótese alguma, por qualquer tipo de encargo decorrente da operação de crédito daí decorrente, inclusive se originado de eventual atraso nos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, caso em que incidirá única e tão somente os encargos descritos na cláusula seguinte.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação deverão ser corrigidos desde a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços – Mercado/IGP-M.

CLÁUSULA SEXTA - DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto por dia de antecipação sobre o valor do pagamento, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

7.1 O prazo vigência do presente contrato é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, contados da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado, e o prazo de fornecimento do bem ou materiais será de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data do aceite da Ordem de Compra.

Obs. 1: A última ordem de compra deve ser realizada dentro do prazo de vigência do contrato e não inferior ao prazo estabelecido para o fornecimento do bem ou materiais.

7.2 A Ordem de Compra somente poderá ser emitida após a publicação da Súmula do Compromisso no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

Não aplicável ao presente Termo de Contrato de Fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS MATERIAIS

9. O prazo de garantia dos materiais, quanto a vícios ocultos e/ou defeitos da coisa, será de **12 (doze) meses** a contar da data da entrega, ficando a **CONTRATADA** responsável por todos os encargos decorrentes disso.



PROCESSO Nº 2015903PE178

PE Nº 149/15 - Fl. 25

CLÁUSULA DÉCIMA- DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O objeto do presente contrato, se estiver de acordo com as especificações do edital, da proposta, da Ata de Registro de Preços, e deste instrumento, comprovado por meio de atestado de recebimento pelo órgão requisitante, onde deverá constar o nome, número de matrícula, cargo/função do servidor responsável, será recebido:

a) provisoriamente, quando necessária verificação posterior da conformidade do bem com a especificação;

b) o recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias ou outro prazo que a SUAOP entender razoável, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material recebido;

10.2. A Companhia rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto;

10.3. Os bens que não atenderem às especificações deverão ser substituídos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias ou outro prazo que a área demandante entender razoável sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

10.4. Não havendo a substituição dos bens até o vencimento da nota fiscal/fatura, o valor relativo a estes bens deverá ser descontado.

10.5. O material recusado será considerado como não entregue.

10.6. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da **CONTRATADA**.

10.7. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

10.8. O objeto deverá ser entregue nos locais indicados no edital e/ou termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INSPEÇÃO E DOS TESTES DE RECEBIMENTO

O recebimento dos materiais abrangerá as fases de fabricação, sendo realizados os ensaios preconizados pelas especificações e normas do material. A inspeção e os testes serão efetuados conforme Termo de Referência e, as despesas daí decorrentes serão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

12.1. Dos Direitos

12.1.1. Da **CONTRATANTE**: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

12.1.2. Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convençãoado.





PROCESSO Nº 2015903PE178

12.2. Das Obrigações

12.2.1. Da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93; e
- c) dar a **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

12.2.2. Da CONTRATADA:

- a) entregar o bem de acordo com as especificações do edital de licitação;
- b) aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto, em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções;
- d) fornecer os materiais acompanhados de manuais, especificações e acessórios necessários a sua utilização se houver, e prestar esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitadas pela **CONTRATANTE**;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- g) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- h) responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.2.3. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento e nem onera o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 77 a 79, Lei federal nº 8.666/93.



PROCESSO Nº 2015903PE178

13.2. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E MULTAS

14.1. No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no art. 7º da Lei 10.520/02, artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 28 da Lei Estadual nº. 13.191/09, bem como Decreto estadual nº 42.250/03, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados:

14.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

14.1.2. Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a) entrega de material fora do prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;

b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);

c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento);

d) atraso da contratada na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 1% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso;

14.1.2.1. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

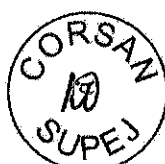
14.1.2.2. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

14.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, de acordo com a seguinte graduação:

a) 3 (três) meses - atraso na entrega do material ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) 6 (seis) meses - em caso de entrega de quantidade menor ou maior do que inicialmente contratado ou cometimento reiterado de faltas na sua execução;

c) 8 (oito) meses - entrega de material com qualidade inferior ao proposto ou subcontratação do seu objeto em desacordo com as normas e limites no Edital e no





PROCESSO Nº 2015903PE178

Contrato, associação do Contrato com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no Edital e no contrato;

d) 1 (um) ano - entrega de material danificado ou desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores.

14.1.3.1. A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos casos de falta grave, tais como:

a) inexecução total do contrato;

b) a prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitações promovidas pela CONTRATANTE;

c) a condenação definitiva de seus sócios ou diretores, por prática, por meio doloso, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

d) rompimento unilateral do Contrato.

14.2. Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias a contar da abertura de vista.

14.3. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura de vista.

14.4. Das penalidades de que trata esta cláusula cabe recurso ou pedido de representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme o caso.

14.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e não terá caráter compensatório.

14.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação do CONTRATADO, podendo a CONTRATANTE descontá-la na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente relativo à avença.

14.7. A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar danos, perdas ou prejuízos que a sua conduta venha a causar à CORSAN.

14.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.



PROCESSO Nº 2015903PE178

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não aplicável ao objeto do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA

O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –DO GESTOR DIRETO E FISCAL

17.1 O Gestor Direto e o Fiscal deste contrato serão designados pela Diretoria competente através de Ato de Designação formal.

17.2 O ato de designação fará parte integrante deste contrato, bem como suas alterações posteriores.

17.3 O Ato de Designação passa a ter validade após a publicação da Súmula do Contrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Contrato.

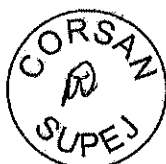
E, por assim terem justo e contratado, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Porto Alegre,

P/CONTRATANTE:

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

PE Nº 149/15 - Fl. 30

PROCESSO Nº 2015903PE178

PARTE "B"

TERMO DE REFERÊNCIA



Diretoria de Operações - DOP
Superintendência de Apoio Operacional – SUAOP
Departamento de Especificação Tecnológica Operacional – DETO 341/2015

Termo de Referência

Aquisição de grupos motor-bomba submersos – LOTE 05

Renê Aníbal Júnior
OFICAR 152330
CORSAN
Mat. 159186

Requisitos

A Contratada deverá considerar na sua proposta de preço todos os encargos, taxas, despesas, diretas ou indiretas, eventuais estadias, equipamentos, e mão de obra, necessários e inerentes à carga, transporte (interno, externo, horizontal e vertical) e descarga dos materiais.

Os materiais objeto deste Termo de Referência serão entregues a contar da data de emissão de ordem de compra e no tempo necessário para que sejam postos nos locais determinados pela CORSAN, devidamente inspecionados, ensaiados, armazenados e aceitos.

As embalagens devem ser suficientes para proteger o conteúdo durante o transporte do ponto de fabricação até o local de recebimento. Caso os equipamentos sofram algum tipo de acidente durante o transporte, a Licitante Proponente deverá se responsabilizar pelos danos causados, e substituir, sem ônus para CORSAN, os materiais defeituosos.

A entrega, o aceite e o recebimento dos materiais deverão atender aos métodos de ensaios, requisitos e procedimentos constantes nas Normas Técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, inclusive quanto à descarga, conferência, localização interna e forma de armazenamento, em recinto designado pela CORSAN, no local definido para a entrega.

O recebimento será efetuado provisoriamente por funcionário designado para tal fim. Porém, o recebimento só será considerado definitivo após a verificação da qualidade e da conformidade dos materiais com as Especificações Técnicas.

A Contratada deverá substituir, em tempo hábil, as peças eventualmente recusadas no recebimento, sendo que as substitutas deverão se sujeitar às mesmas condições de controle aqui mencionadas. Nestes casos, o prazo para reposição e/ou substituição será determinado pela CORSAN e a sua inobservância implicará na aplicação das penalidades previstas em contrato.

Em caso de atraso na entrega dos materiais decorrentes de problemas da realização da inspeção de recebimento (rejeição de materiais), que a Licitante Proponente tenha dado causa, não será computado o mesmo para efeito de reajuste de preços.

Todo e qualquer dano causado por acidentes na entrega dos materiais, onde for comprovada a não observância das Normas de Segurança pertinentes, serão de inteira responsabilidade da Contratada.


Renê de Holl Junior
CREA-RS 152330
CORSAN
Mat. 159186

Inspeções e Testes

As Inspeções e Testes somente ocorrerão após a emissão da Ordem de Compra.

- a. As despesas decorrentes da(s) inspeção(ões) e teste(s) serão por conta da Contratada.
- b. O(s) material(ais)/equipamento(s) a ser(em) adquirido(s) será(ao) recebido(s), a critério da CORSAN, por seus técnicos ou entidades por ela selecionados. O recebimento abrangerá as fases de fabricação, sendo realizados os ensaios preconizados pelas especificações e normas do(s) material(ais)/equipamentos.
- c. É facultado à CONTRATADA indicar empresas ou instituições de Controle de Qualidade para a realização dos ensaios.
- d. Dentre as indicações, a CORSAN escolherá uma das indicadas ou rejeitará todas, apresentando então outra para a realização das inspeções e testes. Caso a Contratada não tenha efetuado a indicação facultada no item acima, a CORSAN indicará então a agência de inspeção.
- e. Deverá(ão) ser apresentado(s), obrigatoriamente, o(s) Relatório(s) de Inspeção(ões), originado(s) pelo(s) laboratório(s) contratado(s) relativo aos materiais, caso contrário não haverá o recebimento dos mesmos. O(s) Relatório(s) deverá (ão) contemplar a interpretação dos resultados obtidos nos ensaios, em relação aos parâmetros de normas e especificações exigidas neste edital, bem como termo conclusivo.
- f. Deverão ser entregues todos os certificados de construção e os relatórios de teste, visados pelo inspetor designado pela CORSAN, junto com a Nota Fiscal e a Ordem de Compra da CORSAN.
- g. No ato da assinatura do contrato a Contratada deverá emitir autorização escrita para que o órgão de inspeção por ele indicado, caso aprovado pela Contratante, ou indicado pela Contratante, possa repassar toda a informação ou documentos decorrentes das atividades de inspeção, dos lotes de materiais, objeto deste processo licitatório, sem que haja conhecimento prévio da Contratada. A Contratada deverá, também, emitir autorização semelhante, dirigida ao órgão de inspeção.
- h. Na Inspeção Técnica, a Contratada, de posse da Ordem de Compra, deverá comunicar o Gestor Direto e o Fiscal do Contrato, a data em que o(s) material(ais)/equipamento(s) estará(ao) a disposição para que se realizem os ensaios preconizados. A Inspeção deverá ter acompanhamento de técnico(s) da CORSAN.
- i. O agendamento das inspeções e testes deverá ser precedido de envio de e-mail por parte da Contratada, com relação dos itens a serem inspecionados (características e quantidades), referente às respectivas ordens de compra e o processo licitatório que deu origem a aquisição.
- j. Somente serão inspecionados os itens informados na relação. No caso de alterações, na relação, estas deverão ser informadas com antecedência mínima de 48 horas. O agendamento da data de inspeção deverá ser comunicado com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.
- k. O período de inspeção(ões) e teste(s) estará incluído dentro do prazo de entrega.

15341-GSB-0715 – LOTE 05



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

- I. A Contratada somente poderá proceder a entrega dos materiais, após o recebimento da "Autorização de Embarque" emitida pela área técnica responsável pelas inspeções na CORSAN.
- m. A Contratada deverá informar à CORSAN, caso haja, os seus subfornecedores de materiais. Estes subfornecedores também estão sujeitos a(s) inspeção(ões) pela CORSAN, para aceitabilidade dos materiais/equipamentos a serem fornecidos.

Quanto à logística dos inspetores da CORSAN

- As despesas decorrentes das inspeções e testes serão por conta da Contratada, tais como, passagem aérea, quando fora do Estado, hotel, refeições e táxi nos traslados entre fábrica, aeroporto e residência;
- As despesas deverão estar quitadas ao final da inspeção na fábrica;
- Para esse Objeto, considerar 02 (dois) inspetores;
- Não será admitido à Contratada estabelecer valores para as refeições, bem como os valores de deslocamentos com táxi a serem realizadas pelo(s) inspetor(es) da CORSAN;
- A marcação das passagens (data e horário) e o local da hospedagem deverão ser previamente acordados com o inspetor, com antecedência mínima de 48 horas;
- A Contratada deve disponibilizar ao inspetor durante suas atividades, mesa, cadeira, computador com acesso à internet e telefone

15341-GSB-0715 – LOTE 05

Rene A. Hoff Junior
CREA RS 152330
CORSAN
Mat. 159186

Quanto aos testes a serem executados

Todos os grupos motor-bomba deverão ser obrigatoriamente testados e ensaiados junto às instalações do fabricante (teste hidrostático e desempenho) conforme normas do *Hydraulic Institute*, ou *DIN 1944 CL II*.

Testes de desempenho

Deverão ser levantados 06 (seis) pontos da curva da bomba (Vazão x Altura Manométrica Total) sendo:

- Ponto de *shut-off*;
- Ponto de operação;
- Dois pontos à esquerda do ponto de operação especificado;
- Dois pontos à direita do ponto de operação especificado.

Durante este teste, os seguintes itens deverão ser levantados:

- Vazão;
- Pressão;
- Corrente elétrica;
- Tensão elétrica;
- Potência consumida (em kW ou cv);
- Rendimento hidráulico do bombeador no ponto de operação.

Com base nestes itens acima, deverão ser elaboradas as seguintes curvas:

- Curva Vazão x Altura manométrica Total,
- Curva de Potência;
- Curva de rendimento hidráulico da bomba.

Testes do motor elétrico de acionamento

O motor elétrico deverá ser submetido aos seguintes ensaios:

Alta tensão: o motor deverá ser submetido à tensão de trabalho mais 1.000 V durante um minuto, após o conjunto ficar imerso em água durante 24 horas;

Resistência de isolamento: deverão ser ainda determinados, o rendimento do motor a plena carga e a corrente nominal de partida à tensão nominal.

Com base nos dados levantados, deverá ser levantada a curva do Fator de Potência ($\cos \varphi$) para diferentes percentagens de potência nominal, sendo que a escolha das mesmas ficará a critério da Inspeção designada pela CORSAN.

Se durante os testes, os bombeadores ou motores não atenderem aos requisitos especificados e propostos, o fabricante deverá efetuar as necessárias alterações e os testes serão repetidos até que o(s) equipamento(s) atenda(m) ao especificado, sem qualquer ônus adicional à CORSAN.

15341-GSB-0715 – LOTE 05

Especificações Técnicas

15341-GSB-0715 – LOTE 05

Toda a unidade de bombeamento deverá ser projetada para operar 24 (vinte e quatro horas) contínuas em qualquer ponto dentro do seu campo de operação, sem que haja cavitação, sobreaquecimento, vibração ou esforço excessivo, necessitando apenas de manutenção de rotina.

Condição de operação

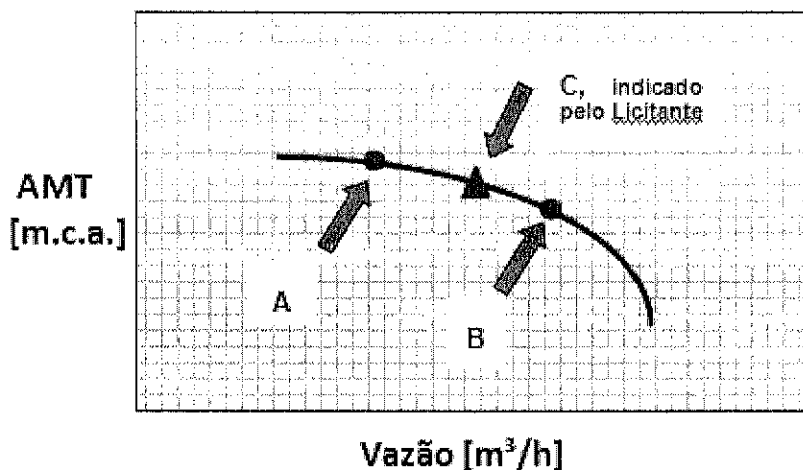
- **Vazão:** unidade de medida [m^3/h];
- **Altura manométrica Total:** unidade de medida [m.c.a.];
- **Rendimento global [η_g]:** É o rendimento do motor elétrico multiplicado pelo rendimento do bombeador;
- **Ponto de operação nominal:** É o ponto de operação (Vazão;AMT) solicitado pela CORSAN, constante na Planilha de Orçamento Básico para cada item;

Será aceita a tolerância de +/- 5% em relação ao Ponto de operação nominal (Vazão;AMT).

Exemplo: Ponto de operação nominal CORSAN: (50;150)

Ponto nominal	Vazão nominal: 50 m^3/h	AMT nominal: 150 m.c.a.
Ponto A	Vazão ofertada mínima: 47,5 m^3/h	AMT ofertada máxima: 157,5 m.c.a.
Ponto B	Vazão ofertada máxima: 52,5 m^3/h	AMT ofertada mínima: 142,5 m.c.a.

- O Ponto de operação indicado pelo licitante (Ponto C) deverá estar situado dentro da zona de trabalho proposta pela CORSAN, entre os pontos A e B, representados abaixo.



Requisitos do bombeador

- Ser centrífuga do tipo radial ou semi-axial (deve ser especificado o tipo da bomba ofertada);
- Os rotores deverão ser em bronze ou aço inox, balanceados estática e dinamicamente;
- O eixo do corpo da bomba deverá ser ferro fundido, em aço carbono ou em aço inox;
- O corpo do bombeador poderá ser fornecido em ferro fundido, GG 20, GGG 40 ou em aço inox;
- O corpo da válvula de retenção com a rosca para a descarga deverá ser em ferro fundido GG 20, aço fundido, ou aço inox.

Requisitos do motor elétrico

- O corpo do motor deverá ser fornecido em ferro fundido, aço carbono ou aço inox;
- O motor deverá ser de indução, assíncrono, trifásico, na tensão de 380 V, frequência de 60 Hz, grau de proteção IP-68;
- O estator deverá ser do tipo molhado, refrigerado a água limpa não destilada, com isolamento adequada para garantir temperatura do motor de até 70°C. Não será admitido estator em banho de óleo.
- A isolamento mínima do bobinado deverá ser de 500 Mega Ohm a 2000 V;
- O mancal radial inferior e o superior deslizante lubrificado por água;
- O rotor e o estator deverão possuir proteção contra a corrosão;
- Deverá possuir capa de proteção do cabo ao longo do bombeador em chapa de aço inox;
- O mancal inferior deverá ser protegido por sino afastador de areia;
- Deverá ser fornecido 2 m de cabo elétrico trifásico, acima do corpo da válvula de retenção tipo EPR ou PVC extra flexível, múltiplo, secção chata com isolamento e cores distintas por fase, proteção externa para esforços mecânicos e abrasão e resistentes a água com isolamento mínima 0,6/1,0 kV, normas aplicáveis NBR 6880, NBR 6251 e NBR 7288;
- O motor deverá ser dotado de membrana/diafragma;
- O Fator de Potência deverá ser superior a 0,72;

Aspectos construtivos e dimensionais

- O diâmetro máximo admissível para o grupo motor-bomba, em função das características das instalações e condições operacionais da CORSAN, é de 10" ou 254 mm;
- Os equipamentos com diâmetro de até 6" (152,4 mm) deverão estar acompanhados de camisa de refrigeração.

Critérios de Avaliação e Condições de Julgamento

Objetiva-se comparar, entre diferentes ofertas de equipamentos, aquele que apresenta melhor relação custo-benefício, em função do custo com o investimento inicial (C_i) e o custo operacional (C_o).

Para isso, avalia-se ao tempo presente, o valor do custo operacional (energia elétrica) em relação ao tempo estipulado.

Para este cálculo foram consideradas as seguintes hipóteses:

- A instalação dos equipamentos será feita em sistemas elétricos trifásicos de corrente alternada, Tensão nominal de 380 V;
- Será considerada modalidade tarifária BT (Baixa Tensão), onde o respectivo valor é procedente da média das concessionárias que atendem à CORSAN. As modalidades Horo-sazonais serão desconsideradas;

Segue abaixo a **Tabela 1**, onde consta a sequência de cálculo para avaliação e julgamento das propostas:

Sequência	Equação	Parâmetros
Eq. 1	$P = \frac{9,81 * Q * AMT}{\eta g}$	- P: Potência elétrica consumida pelo equipamento no ponto de operação ofertado [kW]; - Q: Vazão operacional do equipamento [m³/s]; - AMT: Altura manométrica Total operacional do equipamento [m.c.a.]; - ηg: Rendimento global do equipamento no ponto de operação;
Eq. 2	$C_e = P * (5840h * T_c)$	- C_e: Custo de Energia elétrica anual [R\$]; - T_c: Tarifa média de energia elétrica [R\$/kWh];
Eq. 3	$C_o = VP = C_e \cdot \frac{[(1+i)^n - 1]}{[i \cdot (1+i)^n]}$	- C_o: Custo Operacional = VP: Valor presente do custo de energia elétrica no período de 5 anos [R\$]; - C_e: Custo de Energia elétrica anual [R\$]; - i: TMA CORSAN = 8,87 %, para o ano de 2015; - n: Vida útil do equipamento = 5 anos;
Eq. 4	$CT = C_i + C_o$	- CT: Custo Total do equipamento – É o valor máximo admissível de um equipamento considerando o seu valor de aquisição mais o custo operacional no período de 5 anos [R\$]; - C_i: Custo inicial = Valor de aquisição do equipamento [R\$]. - C_o: Custo Operacional do equipamento [R\$];

Tabela 1: Sequência de Equações para cálculo do Custo Total (CT)

Para cada item da Planilha de Orçamento Básico, o licitante que ofertar equipamento com o menor Custo Total (Eq. 4), respeitando o preço unitário máximo, é o vencedor.

Parâmetro	Descrição	Valor
T_c	Tarifa média de energia elétrica em BT	0,4722 R\$/kWh
i	Taxa mínima de atratividade CORSAN [TMA], definida pela SUPLAG para o ano de 2015	8,87 %
n	Vida útil estimada	5 anos
<i>Constante</i>	Tempo estimado anual de operação do equipamento, considerando uma carga de 16 h/dia de operação.	5840 h

Tabela 2: Parâmetros para cálculo

Renê Aníbal Junior
CREFIS 152330
CORSAN
CNPJ 159186

OBJETO: Aquisição de grupos motor-bomba submersos - LOTE 05

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO GLOBAL MÍNIMO (%)	CÓDIGO	UN	QTDE	PREÇO		CUSTO UNITÁRIO TOTAL (Eq.4)
						UNITÁRIO MÁXIMO	TOTAL	
1	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 32 m³/h, AMT = 40 m.c.a.	48,0	103378	pç	2	6.000,18	12.000,36	84.212,31
2	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 34 m³/h, AMT = 26 m.c.a.	47,9	103379	pç	2	5.104,28	10.208,56	59.232,30
3	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 34 m³/h, AMT = 30 m.c.a.	47,0	103380	pç	2	5.343,40	10.686,80	68.994,76
4	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 15 m.c.a.	40,6	103381	pç	2	4.782,58	9.565,16	42.708,72
5	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 25 m.c.a.	45,8	103382	pç	2	5.104,28	10.208,56	61.137,81
6	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 35 m.c.a.	47,3	103383	pç	2	5.769,35	11.538,70	81.728,54
7	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 135 m.c.a.	53,0	103385	pç	2	11.922,10	23.844,20	273.397,80
8	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 140 m.c.a.	53,0	103394	pç	2	11.922,10	23.844,20	283.082,08
9	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 25 m.c.a.	47,1	103395	pç	2	5.519,28	11.038,56	61.563,00
10	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 30 m.c.a.	50,1	103396	pç	2	5.615,35	11.230,70	68.840,73
11	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 40 m.c.a.	50,5	103397	pç	2	6.276,19	12.552,38	89.908,96
12	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 60 m.c.a.	53,2	103398	pç	2	7.151,07	14.302,14	126.233,45
13	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 80 m.c.a.	51,5	103399	pç	2	9.241,15	18.482,30	173.258,82
14	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 84 m.c.a.	50,0	103400	pç	2	9.241,15	18.482,30	186.626,26
15	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 50 m.c.a.	52,3	103401	pç	2	6.773,75	13.547,50	118.932,64
16	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 55 m.c.a.	50,0	103417	pç	2	7.170,07	14.340,14	136.220,09
17	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 70 m.c.a.	51,0	103418	pç	2	9.144,15	18.288,30	170.169,13
18	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 86 m.c.a.	52,2	103419	pç	2	9.852,83	19.705,66	203.135,68
19	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 120 m.c.a.	54,4	103420	pç	2	12.081,10	24.162,20	270.871,24
20	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 130 m.c.a.	53,5	103421	pç	2	12.782,33	25.564,66	297.854,59
21	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 180 m.c.a.	55,5	103422	pç	2	17.455,05	34.910,10	397.946,50
22	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 42 m³/h, AMT = 215 m.c.a.	57,0	103423	pç	2	25.347,90	50.695,80	489.989,71
23	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 44 m³/h, AMT = 80 m.c.a.	50,1	103424	pç	2	10.481,68	20.963,36	216.549,57
24	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 60 m.c.a.	50,0	103425	pç	2	9.144,15	18.288,30	167.523,72
25	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 80 m.c.a.	51,0	103426	pç	2	10.701,65	21.403,30	217.733,76
26	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 100 m.c.a.	52,0	103427	pç	4	11.902,08	47.608,32	265.715,49
27	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 140 m.c.a.	54,0	103428	pç	2	14.512,25	29.024,50	356.690,33
28	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 46 m³/h, AMT = 157 m.c.a.	55,0	103429	pç	2	19.659,63	39.319,26	404.783,28
29	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 50 m³/h, AMT = 35 m.c.a.	49,6	103430	pç	2	6.647,23	13.294,46	110.128,50
30	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 50 m³/h, AMT = 50 m.c.a.	48,0	103431	pç	4	9.144,15	36.576,60	161.902,22
			TOTAL (R\$)				625.677,38	

OBJETO: Aquisição de grupos motor-bomba submersos - LOTE 05								
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO GLOBAL MÍNIMO (%)	CÓDIGO	UN	QTDE	PREÇO		CUSTO UNITÁRIO TOTAL (Eq.4)
						UNITÁRIO MÁXIMO	TOTAL	
1	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 32 m³/h, AMT = 40 m.c.a.	48,0	103378	pç	2			
2	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 34 m³/h, AMT = 26 m.c.a.	47,9	103379	pç	2			
3	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 34 m³/h, AMT = 30 m.c.a.	47,0	103380	pç	2			
4	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 15 m.c.a.	40,6	103381	pç	2			
5	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 25 m.c.a.	45,8	103382	pç	2			
6	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 35 m.c.a.	47,3	103383	pç	2			
7	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 135 m.c.a.	53,0	103385	pç	2			
8	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 35 m³/h, AMT = 140 m.c.a.	53,0	103394	pç	2			
9	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 25 m.c.a.	47,1	103395	pç	2			
10	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 30 m.c.a.	50,1	103396	pç	2			
11	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 40 m.c.a.	50,5	103397	pç	2			
12	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 60 m.c.a.	53,2	103398	pç	2			
13	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 80 m.c.a.	51,5	103399	pç	2			
14	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 36 m³/h, AMT = 84 m.c.a.	50,0	103400	pç	2			
15	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 50 m.c.a.	52,3	103401	pç	2			
16	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 55 m.c.a.	50,0	103417	pç	2			
17	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 70 m.c.a.	51,0	103418	pç	2			
18	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 86 m.c.a.	52,2	103419	pç	2			
19	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 120 m.c.a.	54,4	103420	pç	2			
20	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 130 m.c.a.	53,5	103421	pç	2			
21	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 40 m³/h, AMT = 180 m.c.a.	55,5	103422	pç	2			
22	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 42 m³/h, AMT = 215 m.c.a.	57,0	103423	pç	2			
23	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 44 m³/h, AMT = 80 m.c.a.	50,1	103424	pç	2			
24	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 60 m.c.a.	50,0	103425	pç	2			
25	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 80 m.c.a.	51,0	103426	pç	2			
26	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 100 m.c.a.	52,0	103427	pç	4			
27	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 45 m³/h, AMT = 140 m.c.a.	54,0	103428	pç	2			
28	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 46 m³/h, AMT = 157 m.c.a.	55,0	103429	pç	2			
29	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 50 m³/h, AMT = 35 m.c.a.	49,6	103430	pç	2			
30	Grupo motor-bomba submersa, Vazão = 50 m³/h, AMT = 50 m.c.a.	48,0	103431	pç	4			
			TOTAL (R\$)					